



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Excelentíssimo Senhor
RODRIGO MAIA
Presidente da Câmara dos Deputados

Requer informações para
Excelentíssimo Senhor Ministro da
Economia, Paulo Guedes, sobre o
Pagamento do seguro defeso no
estado do AMAPÁ.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requiero que seja encaminhado ao Ministro da Economia, Sr. Paulo Guedes, para que solicite ao Presidente do INSS, o Senhor Renato Vieira, informações sobre o Pagamento do seguro defeso no estado do AMAPÁ.

Justificativa

O Seguro-Defeso ou Pagamento do Seguro Desemprego do Pescador Artesanal - SDPA, considera-se para efeitos sociais, a paralisação temporária da pesca para preservação da espécie, nos termos e prazos fixados pelos órgãos competentes, ajudando famílias que dependem exclusivamente da pesca artesanal para se manter.

Para receber o referido auxílio do governo, os pescadores precisam entregar o requerimento para as colônias, sindicatos e associações que repassam ao INSS.

Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários nos termos do regulamento. Esta medida aconteceu depois da publicação da Medida Provisória nº 665, onde houve alteração na Lei nº 10.779/2003, transferido ao INSS a competência para operacionalizar o benefício a partir de abril de 2015.



O Seguro-Defeso será devido ao pescador artesanal inscrito no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP e com licença de pesca concedida que exerça a pesca em caráter exclusivo.

Diante da justificativa supracitada perguntamos ao Presidente do INSS, Senhor Renato Vieira:

- 1) Qual o número de Pescadores cadastrados no Estado do Amazonas?
- 2) Quantos estão recebendo o Seguro Defeso atualmente?
- 3) Houve interrupção de pagamento com a mudança de cadastro Manual para automático?

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que, pede deferimento.

Brasília, 06 de fevereiro de 2019.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PRB/AM